

CECM DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POÇOS DE CALDAS
COOPOÇOS - 4215
BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO		9.761.703,88	9.462.884,27
Circulante		5.131.653,33	4.840.201,92
Caixa e Equivalentes De Caixa	Nota 4	1.792.467,20	1.072.032,71
Disponibilidades		738.084,59	95.733,85
Centralização Financeira		1.054.382,61	976.298,86
Operações de Crédito	Nota 6	2.596.152,45	2.361.841,92
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		2.699.651,56	2.437.119,52
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(103.499,11)	(75.277,60)
Outros Créditos	Nota 7	716.002,02	1.406.327,29
Rendas a Receber		2.034,87	3.907,10
Diversos		546.205,43	1.236.721,55
Devedores por Depósitos em Garantia		167.761,72	165.698,64
Outros Valores e Bens	Nota 8	27.031,66	-
Despesas Antecipadas		27.031,66	-
Não Circulante		4.630.050,55	4.622.682,35
Realizável a Longo Prazo		4.017.143,49	4.050.309,97
Operações de Crédito		4.017.143,49	4.050.309,97
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		4.138.753,28	4.166.129,66
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(121.609,79)	(115.819,69)
Créditos Específicos		-	-
Investimentos	Nota 9	587.557,42	547.459,64
Investimentos		587.557,42	547.459,64
Imobilizado de Uso	Nota 10	19.205,26	19.975,08
Imobilizado de Uso		63.939,99	81.193,15
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(44.734,73)	(61.218,07)
Intangível		6.144,38	4.937,66
Intangível		25.978,58	23.170,48
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(19.834,20)	(18.232,82)
Total Ativo		9.761.703,88	9.462.884,27
PASSIVO		2.754.679,58	2.927.938,01
Circulante		2.695.730,11	2.877.919,50
Depósitos	Nota 11	935.534,76	884.947,30
Depósitos à Prazo		935.534,76	884.947,30
Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 12	-	518.659,90
Empréstimo no País - Outras Instituições		-	518.659,90
Outras Obrigações	Nota 13	1.760.195,35	1.474.312,30
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		0,25	878,34
Sociais e Estatutárias		970.161,33	970.186,09
Obrigações Fiscais e Previdenciárias		20.852,87	22.761,27
Diversas		600.433,85	313.190,60
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		168.747,05	167.296,00
Não Circulante		58.949,47	50.018,51
Depósitos		58.949,47	50.018,51
Depósitos à Prazo		58.949,47	50.018,51
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.007.024,30	6.534.946,26
Capital Social	Nota 14	5.240.524,58	5.115.642,62
De Domiciliados No País		5.240.524,58	5.115.642,62
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Reserva de Sobras		793.839,07	793.839,07
Sobras ou Perdas Acumuladas		972.660,65	625.464,57
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		9.761.703,88	9.462.884,27

CECM DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POÇOS DE CALDAS
COOPOÇOS - 4215
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO

DSP	Notas	1o Sem. 2020	1o Sem. 2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		990.606,60	995.136,63
Operações de Crédito	Nota 16	975.207,67	962.079,19
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		15.398,93	33.057,44
Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira	Nota 17	(121.619,05)	(64.048,89)
Operações de Captação no Mercado		(46.739,38)	(53.238,14)
Operações de Empréstimos e Repasses		(8.493,73)	(29.815,76)
Provisão para Operações de Créditos		(66.385,94)	19.005,01
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		868.987,55	931.087,74
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(521.037,27)	(486.579,75)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	Nota 18	12.241,22	22.410,56
Rendas (Ingressos) de Tarifas	Nota 19	115,82	-
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	Nota 20	(416.995,28)	(367.098,82)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	Nota 21	(206.719,86)	(233.590,86)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(3.444,87)	(3.850,05)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	Nota 22	106.411,24	124.864,21
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	Nota 23	(12.645,54)	(29.314,79)
Resultado Operacional		347.950,28	444.507,99
Outras Receitas e Despesas	Nota 24	1.280,93	3.269,42
Outras Receitas		1.280,93	3.406,43
Outras Despesas		-	(137,01)
Resultado Antes da Tributação e Participações		349.231,21	447.777,41
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperativos		(1.017,57)	(2.063,38)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(1.017,56)	(2.063,37)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		347.196,08	443.650,66
Resultado Antes dos Juros ao Capital		347.196,08	443.650,66
Sobras/Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias		347.196,08	443.650,66

CECM DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POÇOS DE CALDAS
COOPOÇOS - 4215
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DESCRIÇÃO	Notas	1o Sem. 2020	1o Sem. 2019
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Período		347.196,08	443.650,66
Provisão para Operações de Crédito		66.385,94	(19.005,01)
Depreciações e Amortizações		4.388,04	3.998,10
		417.970,06	428.643,75
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito		(267.529,99)	(161.809,64)
Outros Créditos		690.325,27	(582.608,05)
Outros Valores e Bens		(27.031,66)	19.304,15
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Prazo		59.518,42	135.133,75
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(518.659,90)	(209.182,12)
Outras Obrigações		287.918,18	184.580,04
IRPJ		(1.017,57)	(2.063,38)
CSLL		(1.017,56)	(2.063,37)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		640.475,25	(190.064,87)
Atividades de Investimentos			
Distribuição Sobras da Confederação		-	-
Aplicação no Intangível		(3.482,30)	1.286,16
Aquisição De Imobilizado de Uso		(1.342,64)	(3.086,06)
Aquisição de investimentos		(40.097,78)	(54.430,35)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(44.922,72)	(56.230,25)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		312.814,29	358.571,77
Devolução de Capital à Cooperados		(187.925,33)	(197.812,38)
Estorno de Capital		(7,00)	(799,81)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		124.881,96	159.959,58
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		720.434,49	(86.335,54)
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		1.072.032,71	1.520.632,30
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		1.792.467,20	1.136.549,34
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		720.434,49	(384.082,96)

CECM DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POÇOS DE CALDAS
COOPOÇOS - 4215
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Notas	Capital			Reservas de Sobras				Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais	
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva de Capital	Fundo de Reserva	Estatutárias	Contingências	Expansão			Outras
Saldo em 31/12/2018		4.727.025,40	-	-	417.908,58	-	-	-	-	595.494,84	5.740.428,82
Constituição de Reservas					281.689,06	-	-	297.747,42	-	(579.436,48)	-
Por Subscrição/Realização		358.571,77	-							-	358.571,77
Por Devolução (-)		(197.812,38)								-	(197.812,38)
Estorno de Capital		(799,81)								-	(799,81)
Sobras ou Perdas Líquidas										443.650,66	443.650,66
Saldo em 30/06/2019		4.886.984,98	-	-	699.597,64	-	-	297.747,42	-	459.709,02	6.344.039,06
Saldo em 31/12/2019		5.115.642,62	-	-	496.091,65	-	-	297.747,42	-	625.464,57	6.534.946,26
Por Subscrição/Realização		312.814,29	-							-	312.814,29
Por Devolução (-)		(187.925,33)								-	(187.925,33)
Estorno de Capital		(7,00)								-	(7,00)
Sobras ou Perdas Líquidas										347.196,08	347.196,08
F A T E S											
Saldo em 30/06/2020		5.240.524,58	-	-	496.091,65	-	-	297.747,42	-	972.660,65	7.007.024,30



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POÇOS DE CALDAS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POÇOS DE CALDAS LTDA - COOPOÇOS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/01/1992**, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE– SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **COOPOÇOS**, sediada à **Rua Rio Grande do Norte, 75 – Centro – Poços de Caldas – MG** não possui Postos de Atendimento (PAs).

O **COOPOÇOS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 19/08/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgação



O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019 e a Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados em conta na elaboração das demonstrações, respectivamente com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020. As principais alterações no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade. Na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período. Os dados comparativos de períodos anteriores foram adequados ao novo padrão estabelecido pelo Bacen.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.



As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos



São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. (**somente se aplicável**)

t) Eventos subsequentes

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa



O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	738.084,59	95.733,85
Relações interfinanceiras - centralização financeira	1.054.382,61	976.298,86
TOTAL	1.792.467,20	1.072.032,71

5. Relações interfinanceiras

Em **30 de junho de 2020 e 2019**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	1.054.382,61	0,00	976.298,86	0,00
TOTAL	0,00	0,00	976.298,86	0,00

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em **30/06/2020 e 31/12/2019** foram respectivamente **R\$ 15.398,93** e **R\$ 33.057,44** taxa média de 115% do CDI nos respectivos períodos.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	2.699.651,56	4.138.753,28	6.838.404,84	6.603.249,18
Total de Operações de Crédito	2.699.651,56	4.138.753,28	6.838.404,84	6.603.249,18
(-) Provisões para Operações de Crédito	(103.499,11)	(121.609,79)	(225.108,90)	(191.097,29)
TOTAL	2.596.152,45	4.017.143,49	6.613.295,94	6.412.151,89

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD	Total em 30/06/2020	Provisões 30/06/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
A	0,5% Normal	2.941.087,62	2.941.087,62	(14.705,50)	3.309.738,83	(16.548,69)
B	1% Normal	2.001.408,35	2.001.408,35	(20.014,08)	1.326.138,18	(13.261,38)
B	1% Vencidas	71.695,43	71.695,43	(716,97)	0,04	0,00
C	3% Normal	1.345.407,74	1.345.407,74	(40.362,23)	1.555.860,86	(46.675,83)
C	3% Vencidas	82.230,55	82.230,55	(2.466,90)	103.928,64	(3.117,86)
D	10% Normal	105.368,43	105.368,43	(10.536,84)	129.466,01	(12.946,60)
D	10% Vencidas	104.154,64	104.154,64	(10.415,48)	25.641,00	(2.564,10)
E	30% Normal	12.129,62	12.129,62	(3.638,89)	15.112,17	(4.533,65)
E	30% Vencidas	22.594,27	22.594,27	(6.778,28)	24.468,47	(7.340,54)
F	50% Normal	30.097,77	30.097,77	(15.048,89)	30.415,45	(15.207,73)
F	50% Vencidas	33.807,58	33.807,58	(16.903,82)	15.752,78	(7.876,39)
G	70% Normal	4.845,43	4.845,43	(3.391,80)	6.761,84	(4.733,29)
G	70% Vencidas	11.494,06	11.494,06	(8.045,85)	12.245,47	(8.571,83)
H	100% Normal	3.725,19	3.725,19	(3.725,19)	10.343,51	(10.343,51)
H	100% Vencidas	68.358,16	68.358,16	(68.358,16)	37.375,93	(37.375,93)
Total Normal		6.444.070,15	6.444.070,15	(111.423,36)	6.383.836,85	(124.250,68)



Total Vencidos	394.334,69	394.334,69	(113.685,40)	219.412,33	(66.846,65)
Total Geral	6.838.404,84	6.838.404,84	(225.108,76)	6.603.249,18	(191.097,33)
Provisões	(225.108,90)	(225.108,90)		(191.097,29)	
Total Líquido	6.613.295,94	6.613.295,94		6.412.151,89	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	757.555,30	1.838.597,15	4.017,143,49	6.613.295,94

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	30/06/2020	% da Carteira
Pessoa Física	6.838.404,84	6.838.404,84	100%
TOTAL	6.838.404,84	6.838.404,84	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(191.097,29)	(256.145,07)
Constituições	(229.360,02)	(421.446,94)
Reversões	162.974,22	417.954,93
Transferência para prejuízo	32.374,19	68.539,79
TOTAL	(225.108,76)	(191.097,29)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	41.286,46	1,00%	44.824,08	1,00%
10 Maiores Devedores	273.534,76	4,00%	315.003,26	5,00%
50 Maiores Devedores	902.191,01	13,00%	952.540,46	14,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	446.912,60	406.611,86
Valor das operações transferidas no período	76.869,16	68.539,79
Valor das operações recuperadas no período	(62.132,53)	(25.239,05)
TOTAL	461.649,23	446.912,60

h) Operações renegociadas:

Em **30/06/2020** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 5.721.716,73**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.



7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Rendimentos Centralização Financeira - Central (a)	2.034,87	0,00	3.907,10	0,00
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	13.224,05	0,00	1.179,16	0,00
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (b)	292,03	0,00	295,27	0,00
Devedores por depósitos em garantia (c)	167.761,72	0,00	165.698,64	0,00
Devedores diversos – país (d)	532.689,35	0,00	1.235.247,12	0,00
TOTAL	716.002,02	0,00	1.406.327,29	0,00

(a) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB CECREMGE referente ao mês de Julho 2020.

(b) Referem-se a valores de fundo fixo de caixa para pagamento de pequenas despesas.

(c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 28.534,51), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 139.227,21)

(d) Refere-se a valores a receber de mensalidade e empréstimos descontados em folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Poços de Caldas (R\$ 505.892,42), Câmara Municipal (R\$ 2.916,78), Departamento Municipal de Água e Esgoto (R\$ 16.344,24), Autarquia Municipal de Ensino (R\$ 20,90) e Convênios Diversos (R\$ 7.515,01).

8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Despesas Antecipadas	27.031,66		0,00	

(a) Refere-se a despesas antecipadas referente serviços de auditoria externa.

9. Investimentos

Em **30 de junho de 2020 e 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Participações em cooperativa central de crédito (a)	587.557,42	547.459,64
TOTAL	587.557,42	547.459,64

(a) Refere-se a cotas de capital no Sicoob Central Cecremge.

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2020	31/12/2019
Instalações	10%	3.824,00	6.324,00



(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(3.523,06)	(5.832,90)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	45.982,43	60.452,43
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(32.356,17)	(46.403,87)
Sistema de Comunicação	20%	2.599,90	2.599,90
Sistema de Processamento de Dados	20%	10.283,66	10.486,76
Sistema de Segurança	10%	1.250,00	1.330,06
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(8.855,50)	(8.981,30)
TOTAL		19.205,26	19.975,08

11. Depósitos

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito a Prazo	994.484,23	0,73	934.965,81	0,87
TOTAL	994.484,23		934.965,81	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	138.415,95	15,00%	130.000,00	15,00%
10 Maiores Depositantes	672.529,82	72,00%	674.352,26	77,00%
50 Maiores Depositantes	910.127,53	98,00%	875.488,01	99,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2020	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(46.739,38)	(114.495,87)
TOTAL	(46.739,38)	(114.495,87)

12. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central			0,00	0,00	518.659,90	0,00
TOTAL			0,00	0,00	518.659,90	0,00

a) As despesas dessa transação resultaram em 30/06/2020 o montante de R\$ 8.493,73 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses";

13. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	0,25	0,00	878,34	0,00
Sociais e Estatutárias	970.161,33	0,00	970.186,09	0,00
Fiscais e Previdenciárias	20.852,87	0,00	22.761,27	0,00
Diversas	769.180,90	0,00	480.486,60	0,00
TOTAL	1.760.195,35	0,00	1.474.312,30	0,00

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	638.444,03	0,00	665.917,71	0,00
Resultado de Atos com não Associados	38.752,69	0,00	38.752,69	0,00
Cotas de Capital a Pagar (b)	292.964,61	0,00	265.515,69	0,00
TOTAL	970.161,33	0,00	970.186,09	0,00

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos, **10%** das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	1.587,23	0,00	4.694,26	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	17.570,57	0,00	17.395,01	0,00
Outros	1.695,07	0,00	672,00	0,00
TOTAL	20.852,87	0,00	22.761,27	0,00

13.3 Diversas

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	44.126,21	0,00	25.267,12	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	110.586,52	0,00	100.113,80	0,00
Provisão para Passivos Contingentes (c)	168.747,05	0,00	167.296,00	0,00
Credores Diversos – País (d)	445.721,12	0,00	187.809,68	0,00
TOTAL	769.180,90	0,00	480.486,60	0,00

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com Fornecedores de bens e serviços.

(b) Referem-se a despesas com pessoal referente salários, honorários e encargos.



(c) Em Provisão para Passivos Contingentes estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 28.534,51), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 139.227,21), IRPJ e CSLL (R\$ 985,33).

(d) Referem-se a Créditos de Terceiros conveniados.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Capital Social	5.240.524,58	5.115.642,62
Associados	3.188	3.274

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10% utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva para Expansão

Constituída em 2019 com parte dos recursos das sobras a disposição da Assembleia Geral Ordinária.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	347.196,08	798.281,21
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES		16.450,50
Sobra líquida, base de cálculo das destinações		781.830,71
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%		78.183,07
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%		78.183,07
Sobra à disposição da Assembléia Geral	347.196,08	625.464,57

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2019
-----------	------



Receita de prestação de serviços	33.294,84
Despesas específicas de atos não cooperativos	
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(17.490,11)
Resultado operacional	15.804,73
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	7.695,99
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.500,72
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	16.450,50

16. Receitas de operações de credito

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	417,45	52,40
Rendas de Empréstimos	955.097,99	1.945.409,44
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	19.692,23	31.986,86
TOTAL	975.207,67	1.977.448,70

17. Despesas de intermediação financeira

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Despesas De Captação	(46.739,38)	(114.495,87)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(8.493,73)	(50.408,47)
Provisões para Operações de Credito	(182.646,95)	(273.207,08)
TOTAL	(237.880,06)	(438.111,42)

18. Receitas de prestação de serviços

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos		
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	12.241,22	33.294,64

19. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	115,82	0,00
TOTAL	115,82	0,00

20. Despesas de pessoal

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(19.345,28)	(36.841,75)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(25.344,84)	(50.452,50)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(91.213,79)	(164.124,83)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(71.705,07)	(144.741,34)
Despesas de Pessoal - Proventos	(209.386,30)	(378.125,41)
TOTAL	(416.995,28)	(774.285,83)

21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(3.464,69)	(10.618,52)
Despesas de Aluguéis	(27.578,46)	(53.746,12)
Despesas de Comunicações	(4.104,64)	(13.350,17)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(6.858,70)	(1.363,59)
Despesas de Material	(9.922,03)	(20.916,43)



Despesas de Processamento de Dados	(2.486,00)	(6.874,43)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(1.021,58)	(1.957,18)
Despesas de Seguros	(376,28)	(752,56)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(5.977,10)	(10.853,53)
Despesas de Serviços de Terceiros	(8.369,54)	(56.550,64)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(578,06)	(880,66)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(7.576,41)	(30.567,69)
Despesas de Transporte	(3.527,57)	(5.778,22)
Despesas de Amortização	(2.275,58)	0,00
Despesas de Depreciação	(2.112,46)	(8.051,94)
Outras Despesas Administrativas	(7.174,53)	(28.208,18)
Emolumentos judiciais e cartorários	(14,88)	0,00
Contribuição a OCE	(11.905,47)	(10.217,09)
Rateio de despesas da Central	(101.395,88)	(198.828,38)
TOTAL	(206.719,86)	(459.515,33)

22. Outras receitas operacionais

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Distribuição de sobras da central	40.097,78	54.430,35
Outras rendas operacionais	66.313,46	145.378,02
TOTAL	106.411,24	199.808,37

23. Outras despesas operacionais

Descrição	30/06/2020	31/12/2019
Outras Despesas Operacionais	(12.645,54)	(62.468,11)
TOTAL	(12.645,54)	(62.468,11)

24. Resultado não operacional

Descrição	2020	2019
Reversão de Provisões não Operacionais	1.128,45	4.332,92
Outras Rendas não Operacionais	152,48	3.500,08
(-) Perdas de Capital	0,00	(137,01)
Resultado Líquido	1.280,93	7.695,99

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.



a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2020>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	6.284,32	0,1433%	31,42
TOTAL	6.284,32	0,1433%	31,42
Montante das Operações Passivas	16.313,34	3,0756%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	49.901,37	249,50	0,7297%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Prazo	83.475,29	8,3938%	0,7975%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo e empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,1500%
Aplicação Financeira - Pré Fixada	0,7499%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,1441%
Aplicações Financeiras	3,0756%

d) No exercício de <2020> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(19.345,28)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(25.344,84)
Encargos Sociais	(8.776,75)

26. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MUTUO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POÇOS DE CALDAS LTDA - COOPOÇOS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.



O **SICOOB CENTRAL CECREMGE**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A **COOPOÇOS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldo das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos



pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.



O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2020	2019
Índice de Basileia	70,87%	85,26%

30. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Fiscais		167.761,72		165.698,64

POÇOS DE CALDAS-MG 19 DE Agosto de 2020.

ALEXANDRE LINO PEREIRA

DIRETOR FINANCEIRO

ELIANA DE CASSIA FARIA LOSS

CONTADOR 1SP189373/0-0 T MG

